



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 20 de Dezembro de 2017  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XI

Nº 1360



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 136 – REUNIÃO ORDINÁRIA 08 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO/MG



1 Aos oito dias do mês de novembro de 2017, na sala dos Conselhos, na sede da  
2 Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, às 08h00min, reúnem-se  
3 ordinariamente o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
4 Adolescente, com os Conselheiros: Renata Dias e Silva Goulart; Rogério Leme,  
5 Daniel Dias de Oliveira; Maurisa Rosa Ribeiro, Osvaldo Antônio da Silva; João  
6 Batista Nunes; Helena Beatriz Lopes de Castro Rosa; com a seguinte pauta:  
7 Leitura das atas anteriores; Repasse das Resoluções 42 e 43; Relatórios Conselho  
8 Tutelar/Casa Lar (meses de Agosto, Setembro e Outubro); Resolução sobre a  
9 implantação das medidas socioeducativas em meio aberto; Resolução sobre  
10 adesão ao Programa SIPIA; Aprovação das Prestações de Contas Programas  
11 A16% e fazer resolução; Repasse de ofícios em geral; Exonerações de  
12 Conselheiros Tutelares; Recomendação Ministerial; Repasse das Visitas de  
13 Fiscalização dos Conselheiros Tutelares. Renata agradece a presença de todos,  
14 faz a leitura da ata anterior, as duas resoluções foram reestruturadas e finalizadas  
15 com a aprovação dos conselheiros. Foram repassados os relatórios do Conselho  
16 Tutelar (agosto e setembro) e da Casa Lar (agosto, setembro e outubro), e  
17 aprovados. Lembrando que outubro não houve reunião do CMDCA devido ao  
18 acúmulo de trabalho das pactuações. Renata lembra que em relação a carga  
19 horário de trabalho dos conselheiros tutelares, os relatórios do CT foram  
20 aprovados com ressalva devido ao não cumprimento das 40 horas semanais e que  
21 continua a ocorrer as trocas de plantões, sendo impossível o controle das  
22 fiscalizações. Renata ainda solicitou aos conselheiros de direitos para ajudassem  
23 nas fiscalizações ao CT e todos se colocaram a disposição ficando organizadas  
24 novas comissões de fiscalizações para os próximos dias do mês de novembro.  
25 Renata colocou para o conselho que precisa ser feita a seguintes resoluções: a  
26 resolução de aprovação das medidas socioeducativas, e a resolução de adesão do  
27 município ao SIPIA – Sistema Integrado de Proteção à Infância e Adolescência. E  
28 os membros do conselho aprovaram por unanimidade esta deliberação. Em  
29 seguida, Renata ressaltou que precisa ser elaborada também a resolução  
30 referente a composição das câmaras temáticas, mas está esperando o  
31 posicionamento do conselho tutelar para finalizar a referida composição, que será  
32 deliberado na próxima reunião do CMDCA. Em relação a aprovação da prestação  
33 de contas das entidades que receberam recursos do FIA, do programa A16%,  
34 CEMIG, Renata relatou que as entidades Associação Luta Pela Vida e Centro de  
35 Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva entregaram as pastas faltando  
36 informações, e colocou em votação se a aprovação da prestação de contas e a  
37 deliberação da resolução poderiam ficar para a próxima reunião. Os conselheiros  
38 de direitos aprovaram ressaltando que se fizessem ofícios cobrando dessas  
39 entidades as informações necessárias. Em seguida, Renata apresenta as duas  
40 novas conselheiras tutelares, LÍVIA LÚCIA REIS CUNHA e LUCIENE LÚCIO  
41 SOARES, que assumirão os dois cargos vagos e todos os membros do CMDCA  
42 desejam a elas um bom trabalho. Renata fez a leitura dos ofícios recebidos pelo  
43 CMDCA e que ficou aprovado a elaboração da resposta dos respectivos ofícios,  
44 em relação ao ofício recebido pelo Ministério Público (Recomendação Ministerial  
45 ao CT) sobre o horário de funcionamento do CT, fica claro que o CT deverá  
46 realizar o seu funcionamento baseado na resolução vigente. Renata esclarece  
47 ainda que não está definido a questão dos plantões de atendimento com dois  
48 conselheiros tutelares, mas coloca que o CMDCA, diante das fiscalizações  
49 realizadas, a esse órgão, não se justifica os plantões serem tirados de duas  
50 pessoas, uma vez que na realizada isso, diante das denúncias, não está  
51 ocorrendo, e que esse fato também foi repassado ao Ministério Público. CMDCA  
52 decide oficializar Rosiane Funari diante do fato de que a referida conselheira  
53 tutelar, nos relatórios repassados, tem um saldo extra de horas de oito dias de  
54 folga, e que ela deseja gozar desses dias em comum acordo com o presidente  
55 Guilherme Lourenço. Diante disso, os conselheiros de direitos decidem oficializar a  
56 conselheira tutelar via ofício para que ela justifique essas a realização de trabalhos  
57 extras através dos seguintes documentos: lista de presença, ofício da chefe  
58 imediata da época presidente do CT Mariana Gomes, solicitando a realização  
59 dessas atividades extras e assinaturas das diretoras das escolas onde foi realizado  
60 tal trabalho ou de outros órgãos competentes onde foi realizado o trabalho.  
61 Rosiane Funari declara que tem todos esses documentos para justificar os oito  
62 dias a serem computados em folgas, e Renata reafirma que somente após o  
63 recebimento de todos esses documentos dessa justificativa, o CMDCA deliberará  
64 sobre esse tema. A presidente Renata informou que a Conselheira tutelar, Débora,  
65 não realizou o plantão do dia 1º, de novembro, em que foi expedido um ofício da  
66 primeira vara solicitando a presença dos conselheiros tutelares, processo 0431.17  
67 004710-1, ficando deliberado pelos conselheiros de direito que fosse feita uma  
68 notificação escrita para a referida conselheira tutelar diante de sua conduta  
69 funcional. Renata reforça que a negativa a qualquer atendimento de conselheiro  
70 tutelar poderá gerar até perda de cargo, conforme as legislações vigentes. Renata  
71 faz a leitura do ofício para o conselho tutelar sobre a reunião da rede, sobre os  
72 equipamentos em que se trata da solicitação de encaminhamentos de nomes,  
73 endereço e resumo dos casos atendidos para que a rede possa realizar seu  
74 trabalho de forma eficaz, uma vez que esta não tem o conhecimento dos casos.  
75 Renata faz a leitura dos extratos do FIA, referente ao mês de outubro de 2017, no  
76 qual consta o valor em caixa de R\$ 79.252,08. Renata faz a leitura do ofício enviado  
77 a SMTAS sobre o Plano Municipal de enfrentamento a violência e o CMDCA  
78 delibera que como ainda não houve um posicionamento da gestão, que se fizesse  
79 a reiteração do ofício. Sobre o ofício enviado ao CMDCA, sobre o livro de ponto da  
80 Rosiane, sobre a retratação do conselho de direitos, Renata informa que o CMDCA  
81 decide não realizar a retratação, uma vez que Rosiane Funari rabisçou o livro de  
82 ponto. Renata faz a leitura do ofício recebido do Conselho Tutelar sobre o SIPIA,  
83 em que estes negam a solicitação de documentos para preenchimento de  
84 formulários para adesão do município ao SIPIA e ressalta que já solicitou ao RH os  
85 referidos documentos. Renata faz a leitura de um ofício enviado ao Promotor, no  
86 qual se refere a sugestão da carga horária de trabalho e fiscalização no conselho  
87 tutelar. Leitura faz a leitura do decreto de contenção que diretamente interfere na  
88 deliberação do recurso do FIA os gastos sobre a campanha "criança não namora".  
89 Diante disso os conselheiros de direito concordam em unanimidade a não

90 realização da campanha. Sem mais nada a tratar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei  
91 a presente ata, que será lida e aprovada pelo CMDCA.  
92 Renata Dias e Silva Goulart, *Renata Dias e Silva Goulart*  
93 Rogério Leme  
94 Maurisa Rosa Ribeiro *Maurisa Rosa Ribeiro*  
95 Daniel Dias de Oliveira *Daniel Dias de Oliveira*  
96 Osvaldo Antônio da Silva *Osvaldo Antônio da Silva*  
97 João Batista Nunes *João Batista Nunes*  
98 Helena Beatriz Lopes de Castro Rosa  
99 Livia Lúcia Reis Cunha *Livia Lúcia Reis Cunha*  
100 Luciene Lúcio Soares *Luciene Lúcio Soares*  
101 Rosiane Roberta Funari *Rosiane Roberta Funari*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EXTRATO DA ATA, PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 95/2017, PROCESSO Nº 148/2017. Objeto: Refere-se à Aquisição de Recarga de Cilindros de Oxigênio Medicinal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Monte Carmelo – MG, com reserva de itens para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual. **Órgão gerenciador:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Empresa:** Vidraçaria Soares Ltda, CNPJ: 18.458.455/0001-10. **Valor total da Ata:** R\$ 529.000,00. **Data:** 18/12/2017. **Vigência:** 12 meses. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda. **AVISO DE HABILITAÇÃO.** O Pregoeiro torna público o resultado da Habilitação do Processo nº 148/2017, modalidade Pregão Presencial SRP nº 95/2017 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Vidraçaria Soares Ltda. **Data:** 14/12/2017. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO:** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do processo nº. 148/2017, modalidade Pregão Presencial SRP nº. 95/2017 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Vidraçaria Soares Ltda. **Data:** 15/12/2017. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato Do Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 28/2017, Modalidade: Convite nº 01/2017, Processo nº 51/2017, Tipo: Menor Preço Global. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Contratada: Guilhermina Maria Borges Marques – ME, CNPJ: 08.003.679/0001-84. Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Contábil, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo. **Cláusula Primeira:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 28/2017 até 31/12/2018. Monte Carmelo, 19 de dezembro de 2017. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato Do Terceiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 14/2016, Modalidade: Tomada de Preço nº 02/2016, Processo nº 07/2016, Tipo: Menor Preço Global. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Contratada: BT Construções Ltda, CNPJ: 04.810.813/0001-06. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa especializada em Prestação de Serviços com fornecimento de materiais, para realizar obras de pavimentação asfáltica em vias urbanas no Município de Monte Carmelo-MG, conforme Contrato de Repasse nº 802650/2014/Ministério das Cidades/Caixa – Processo nº 2690.1015420-31/2014. **Cláusula Primeira:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato 14/2016 até 30/04/2018. Monte Carmelo, 18 de dezembro de 2017. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 242

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)